da Feira, 4520-025 Escapães, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, previsto e punido pelo artigo 107.º, do R. G. Infracções Tributárias, por despacho de 31 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo e prestado termo de identidade e residência.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Pinheiro*. — O Escrivão-Adjunto, *F. Pereira*.

Anúncio n.º 8047-DA/2007

A juíza de direito, Dr.ª Raquel Pinheiro, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Cinfães, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 81-04-8IDVIS, pendente neste Tribunal contra o arguido Humberto Manuel da Costa Santos, filho de José Manuel dos Santos e de Maria Augusta Almeida da Costa, natural de Portugal, Santa Maria da Feira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Abril de 1972, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10155655 e da identificação fiscal n.º 201457733, com domicílio em Meia Légua, Escapães, Santa Maria da Feira, 4520-025 Escapães, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, previsto e punido pelos artigos 6.º, 7.º e 107.º, n.º 1, e 105.º, n.º 1, do R. G. Infracções Tributárias, praticado em Outubro de 2001, por despacho de 31 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo e prestado termo de identidade e residência.

2 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Pinheiro*. — O Escrivão-Adjunto, *F. Pereira*.

Anúncio n.º 8047-DB/2007

A juíza de direito, Dr.ª Raquel Pinheiro, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Cinfães, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 155-07-3TBCNF, pendente neste Tribunal contra o arguido Humberto Manuel da Costa Santos, filho de José Manuel dos Santos e de Maria Augusta Almeida da Costa, natural de Portugal, Santa Maria da Feira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Abril de 1972, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10155655 e da identificação fiscal n.º 201457733, com domicílio em Meia Légua, Escapães, Santa Maria da Feira, 4520-025 Escapães, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, previsto e punido pelos artigos 6.º, 7.º e 107.º, n.º 1 e 105.º, n.º 12, do R. G. Infracções Tributárias, praticado em Outubro de 2001, por despacho de 31 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado voluntariamente em Tribunal tendo sido constituído arguido e submetido a termo de identidade e residência.

2 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Pinheiro*. — O Escrivão-Adjunto, *F. Pereira*.

Anúncio n.º 8047-DC/2007

A juíza de direito, Dr.ª Filipa Azevedo, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Cinfães, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 226-05-0GACNF, pendente neste Tribunal contra o arguido Mustapha Khallouki, de nacionalidade marroquina, nascido em 4 de Julho de 1977, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do passaporte n.º P-982912 e da licença de condução n.º 262008/3, com domicílio em Estação, Rio de Galinhas, 4630-384 Marco de Canaveses, por se encontrar acusado da prática de um crime de usurpação (direito de autor), crime de aproveitamento de obra contrafeita ou usurpada, previsto e punido pelo artigo 199.º, n.º 1, do Código dos Direitos de Autor e Direitos conexos, praticado em 26 de Julho de 2005, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou

detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

25 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Filipa Azevedo*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Sousa*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 8047-DD/2007

O juiz de direito, Dr. José Carlos Ferreira, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 2145/04.9PCCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Zarko Pavlovic, filho de Dobrivoj Pavlovic e de Azemina Pavlovic, natural de Sérvia e Montenegro, nascido em 3 de Março de 1954, titular do bilhete de identidade n.º 16124811, com domicílio no Instituto de Reinserção Social, Rua do Brasil, 62-64, 3000 Coimbra, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 7 de Agosto de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *José Carlos Ferreira*. — O Escrivão-Adjunto, *Paulo Marta*.

Anúncio n.º 8047-DE/2007

O juiz de direito, Dr. José Carlos Ferreira, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 2113/07.9TBCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Manuel Ferreira Lopes, filho de Manuel Lopes e de Maria de Lurdes Ferreira Lopes, natural de Sé Nova, Coimbra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Agosto de 1958, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7525512, com domicílio no Terreiro da Erva, 8, 2.º, Santa Cruz, 3000 Coimbra, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança agravado, previsto e punido pelo artigo 205.º, n.ºs 1 e 4, alínea *a*), do Código Penal, praticado em Janeiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

20 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *José Carlos Ferreira*. — O Escrivão-Adjunto, *Paulo Marta*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 8047-DF/2007

O juiz de direito, Dr. José Quaresma, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum

(tribunal singular), n.º 3015/02.0PCCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Manuel dos Santos Gomes, filho de Alino da Conceição Gomes e de Amélia de Jesus Santos, natural de Portugal, Almeirim, de nacionalidade portuguesa, nascido em 4 de Setembro de 1968, solteiro, com profissão de servente da construção civil, titular do bilhete de identidade n.º 10453548, com domicílio na Rua de Coimbra, 12, Barroca, Olaia, 2350 Torres Novas, o qual por sentença de 6 de Abril de 2005 foi condenado na pena de prisão efectiva de 1 anos, 6 meses e 0 dias de prisão, transitada em julgado em 26 de Abril de 2005, pela prática de um crime de extorsão, previsto e punido pelo artigo 223.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 24 de Agosto de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Setembro de 2007, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *José Quaresma*. — A Escrivã-Adjunta, *Yolana Conceição*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 8047-DG/2007

O juiz de direito, do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 140/06.2GDGBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Lopes Barbosa, titular do bilhete de identidade n.º 14035057, filho de Domingos Oliveira Lopes de Pina e de Maria de Fátima Freire Tavares, nascido em 2 de Janeiro de 1987, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, com último domicílio conhecido em Rua Joaquim Matias, 54, 2.º, esquerdo, Porto Salvo, Ribeira da Lage, 2780 Oeiras, pela prática do crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 202.º, alínea d), 203.º e 204.º, n.ºs 1, alínea c) e 2, alínea c), do Código Penal, praticado em 9 de Maio de 2006, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

22 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito (*Assinatura ilegível*). — O Escrivão-Adjunto (*Assinatura ilegível*).

4.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 8047-DH/2007

A juíza de direito, Dr.ª Ana Lúcia Gordinho, do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 632/01.0PBCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Mário Jorge Elias Suca, filho de Iassine Suca e de Maria Susete Pereira Elias, natural de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido em 9 de Outubro de 1973, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16189524, com domicílio no Largo Padre Arménio Marques, 29, 1.º, 3080 Figueira da Foz, por se encontrar acusado da prática do crime de dano, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 28 de Setembro de 2001, por despacho de 15 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir

daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

16 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Lúcia Gordinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Martins*.

Anúncio n.º 8047-DI/2007

A juíza de direito, Dr.ª Ana Lúcia Gordinho, do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 856/07.6TBCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido El Ouahdani Lahcen, natural de Marrocos, nascido em 26 de Outubro de 1983, com domicílio no Centro de Instalação Temporário do Aeroporto da Portela, 1000 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsidade de depoimento ou declaração, previsto e punido pelo artigo 359.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 15 de Janeiro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

24 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Lúcia Gordinho*. — O Escrivão-Adjunto, *Álvaro Lima*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Anúncio n.º 8047-DJ/2007

O juiz de direito, Dr. João Ricardo Carreira, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Elvas, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 144/04.0GFELV, pendente neste Tribunal contra o arguido David Henrique Garcia, Desconhecido, nascido em 3 de Dezembro de 1960, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, titular da identificação fiscal n.º 245068457, com domicílio na Rua de São Tomé, 21, 3.º, direito, Prior Velho, 2685 Prior Velho, por se encontrar acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 112.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 26 de Dezembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *João Ricardo Carreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Sandra Correia*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPOSENDE

Anúncio n.º 8047-DL/2007

O juiz de direito, Dr. Pedro Conde Veiga, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende, faz saber que, neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal singular), n.º 317/00.4TBEPs, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4, e 30.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal singular), n.º 37/98 do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende, onde foi declarado contumaz desde 8 de Julho de 1998 o arguido António Alberto da Silva Eduardo, filho de Ernesto Eduardo e de Eva Leite da Silva, natural de Portugal, Póvoa de Varzim, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Janeiro de 1950, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 1786472, com domicílio na